



PROGRAMA NACIONAL DE  
**DESENVOLVIMENTO  
SUSTENTÁVEL**

CRESCIMENTO RURAL, SUSTENTÁVEL E INCLUSIVO.



## COORDENAÇÃO INTERINSTITUCIONAL

MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS E COOPERAÇÃO - MINEC

MINISTÉRIO DA ECONOMIA E FINANÇAS - MEF

MINISTÉRIO DA DEFESA NACIONAL - MDN

MINISTÉRIO DO INTERIOR - MINT

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E SEGURANÇA ALIMENTAR - MASA

MINISTÉRIO DA ADMINISTRAÇÃO ESTATAL E FUNÇÃO PÚBLICA - MAEPP

MINISTÉRIO DO TRABALHO, EMPREGO E SEGURANÇA SOCIAL - MITESS

MINISTÉRIO DO MAR, ÁGUAS INTERIORES E PESCAS - MMAIP

MINISTÉRIO DOS RECURSOS MINERAIS E ENERGIA - MIREME

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA, ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS E RELIGIOSOS - MJACR

MINISTÉRIO DA SAÚDE - MISAU

MINISTÉRIO DA JUVENTUDE E DESPORTOS - MJD

MINISTÉRIO DO GÉNERO, CRIANÇA E ACÇÃO SOCIAL - MGCAS

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E DESENVOLVIMENTO HUMANO - MINEDH

MINISTÉRIO DA INDÚSTRIA E COMÉRCIO - MIC

MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES E COMUNICAÇÃO - MTC

MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E ENSINO TÉCNICO PROFISSIONAL - MCTET

MINISTÉRIO DAS OBRAS PÚBLICAS, HABITAÇÃO E RECURSOS HÍDRICOS - MOPRH

MINISTÉRIO DA CULTURA E TURISMO - MICTUR

MINISTÉRIO DOS COMBATENTES - MICO

BANCO DE MOÇAMBIQUE - BM

INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA - INE

PARCEIROS DE COOPERAÇÃO

ORGANIZAÇÕES DA SOCIEDADE CIVIL

SECTOR FINANCEIRO

SECTOR PRIVADO

# GRANDES METAS DO PROGRAMA

As Metas do Programa Nacional de Desenvolvimento Sustentável (PNDS) estão alinhadas com a carteira de projectos e foram estabelecidas para um horizonte de 15 anos. Nesse sentido, até 2030 esperam-se atingir as seguintes metas:

1. Redução da pobreza no meio rural para 45%;
2. Conferir acesso a água potável acessível a 15 milhões de habitantes;
3. Expandir a geração de Bioenergia para 4000 Mw, implantando sistemas de energias renováveis;
4. Construir 1500Km de estradas terciárias e vicinais;
5. Assegurar a cobertura bancária em todos Distritos de Moçambique;
6. Garantir o acesso a terra, através do registo de 5 milhões de ocupações;
7. Elevar o efectivo da população de elegantes para 17.500;
8. Reduzir a emissão de gases (CO2) em 72,8 milhões de toneladas po ano;





# ÍNDICE

INTRODUÇÃO.....	7
1. CONTEXTUALIZAÇÃO.....	8
1.1. EVOLUÇÃO DA ECONOMIA MOÇAMBICANA .....	9
1.2. ANTECEDENTES .....	12
1.3. INVESTIMENTO NO PEQUENE AGRICULTOR FAMILIAR .....	14
2. PNDS .....	17
2.1. OBJECTIVOS E PRIORIDADES ESTRATÉGICAS .....	17
2.2. ÁREAS DO PNDS .....	19
2.2.1. TECNOLOGIA RURAL .....	20
2.2.2. ENERGIA RURAL .....	24
2.2.3. ÁGUA RURAL .....	28
2.2.4. ESTRADA RURAL .....	30
2.2.5. FINANÇAS RURAIS.....	32
3. PROJECTOS E ACÇÕES COMPLEMENTARES.....	37
3.1. PROJECTO SUSTENTA .....	38
3.2. PROJECTO UM DISTRITO. UM BANCO. ....	38
3.3. PROJECTO QUINTA DE ENERGIA .....	39
3.4. PROJECTO MOZBIO .....	39
3.5. PROJECTO ÁGUA VIVA .....	39
3.6. PROJECTO DE APOIO AO DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO LOCAL.....	40
3.7. PROJECTO DE PROMOÇÃO DOS MERCADOS RURAIS .....	40
3.8. PROJECTO TERRA SEGURA.....	40
3.9. PLANOS DE ACÇÃO COMUNITÁRIOS DE ADAPTAÇÃO .....	41
3.10. PROJECTO CRÉDITO CAMPONÊS .....	41
3.11. PROJECTO NOVAS CENTRALIDADES .....	41
3.12. PROJECTO CRESCER BEM .....	42
3.13. PROJECTO AMBIENTE EM MOVIMENTO .....	42
3.14. PROJECTO FLORESTA EM PÉ .....	42
4. INDICADORES DE DESENVOLVIMENTO RURAL .....	43
4.1. INDICADORES DE DESENVOLVIMENTO RURAL .....	44
4.2. ESTRATÉGIA DE COOPERAÇÃO .....	47
4.2.1. COMUNICAÇÃO RURAL .....	47
4.2.2. AGENTES DE DESENVOLVIMENTO .....	48





# INTRODUÇÃO

Em Moçambique, as zonas rurais representam 90% do território nacional, e acolhem cerca de 68% da população total do país.

Criado com o mandato de assegurar e promover um desenvolvimento sustentável e justo, a missão do Ministério da Terra, Ambiente e Desenvolvimento Rural (MITADER) centra-se na redução das desigualdades socioeconómicas com ênfase no meio Rural, através da promoção de uma economia diversificada e inclusiva.

A constituição do MITADER abrange, como o próprio nome sugere, uma área de intervenção múltipla e transversal (Terra, Ambiente e Desenvolvimento Rural), gerando uma oportunidade ímpar para centrar as políticas prioritárias do Governo e assegurar a implementação de um Programa Nacional de Desenvolvimento Rural, de forma integrada e abrangente.

Neste contexto, o MITADER definiu um Programa Nacional de Desenvolvimento Sustentável, o PNDS, constituído por projectos e objectivos com metas concretas e determinantes para assegurar as transformações económicas, sociais, ambientais, estruturais e institucionais, aspiradas no Programa Quinquenal do Governo (PQG 2015 - 2019), no Plano Económico Social (PES). O PNDS responde ainda às metas definidas nos Objectivos do Desenvolvimento Sustentável (2015-2030).

O PNDS foi concebido no princípio do desenvolvimento integrado no meio rural, através do uso sustentável dos recursos naturais, organização da terra e gestão ambiental. O Programa pretende fomentar uma economia local de base através da complementariedade da oferta de serviços básicos, capacitação e atracção de investimentos importantes para o desenvolvimento, enquanto explora as capacidades e inova o conhecimento local.

Este documento informa sobre as componentes do PNDS e está desta forma organizado em 5 capítulos:

O capítulo 1 apresenta elementos gerais de contextualização, incluindo o cenário socioeconómico do país.

O capítulo 2 define objectivos e prioridades estratégicas do PNDS, como também informa sobre as suas principais áreas.

O capítulo 3 ilustra os projectos e acções complementares para a materialização dos seus objectivos.

E por fim, o capítulo 4 apresenta os elementos que constituem a operacionalização do Programa.

# 1. CONTEXTUALIZAÇÃO <sup>7</sup>

# 1.1. EVOLUÇÃO DA ECONOMIA MOÇAMBICANA

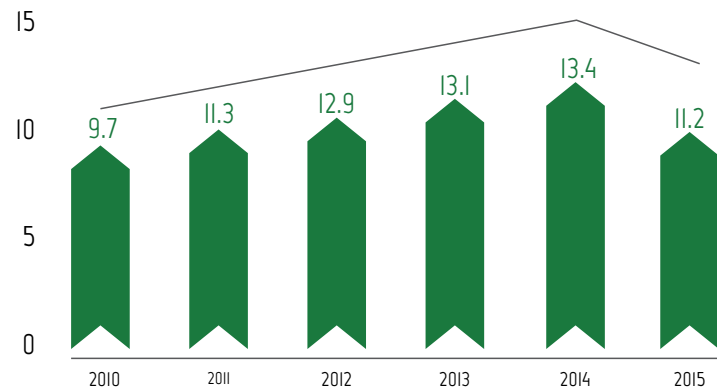
Moçambique tem registado um crescimento económico acima dos 7.5% nos últimos 5 anos; levando a um PIB (Produto Interno Bruto) estimado em USD609,03 per capita. Apesar da riqueza em recursos naturais, do potencial energético e da biodiversidade, o desenvolvimento do país tem sido impulsionado maioritariamente pelo sector financeiro e pela indústria extractiva, reflectindo-se em baixos níveis de produtividade da economia. Verifica-se ainda que o país continua muito dependente do investimento externo.

O país regista uma população estimada em 25 milhões de habitantes, onde aproximadamente 80% da população depende da agricultura para o seu sustento. Destaca-se também, entre as actividades económicas praticadas no meio rural, a pesca, a floresta e o comércio.



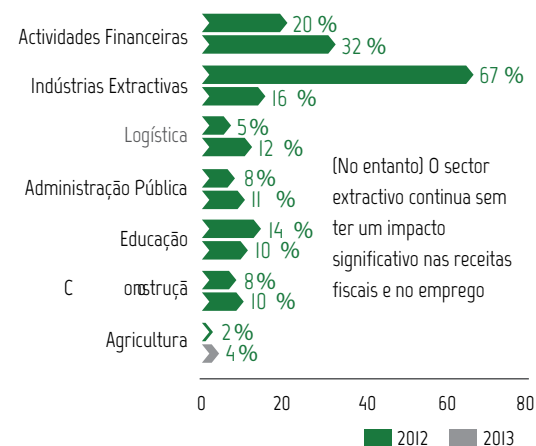
A economia moçambicana tem crescido vigorosamente

PIB real (10<sup>9</sup> USD)



Crescimento suportado pelo sector financeiro e extractivo

Crescimento anual da produção

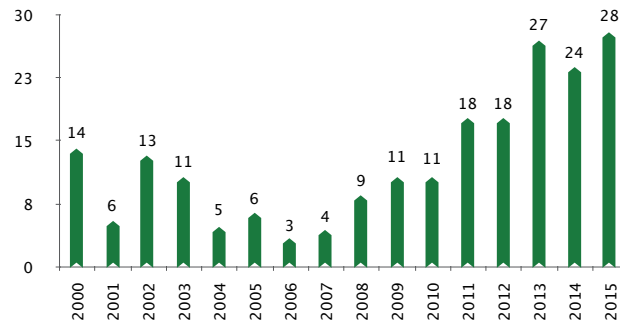


A maior diversificação das fontes de crescimento permitirá um processo de desenvolvimento social mais abrangente



Balança comercial de Moçambique é negativa, tendo estabilizado nos 10%

### Défice da Balança Comercial

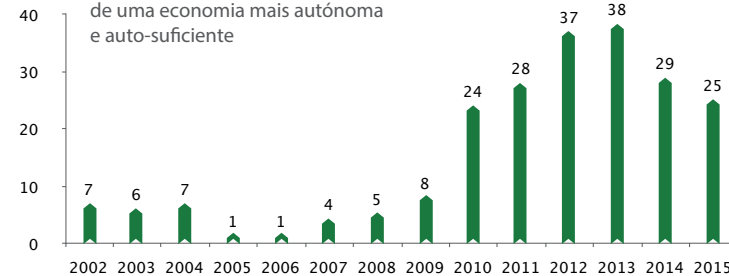


Fonte: MEF

O país continua muito dependente de investimento estrangeiro

### Investimento Estrangeiro (% PIB)

IDE tem sido crítico para o desenvolvimento do país, mas é crítico reduzir a dependência nos próximos anos, potenciando a criação de uma economia mais autónoma e auto-suficiente



Reconhecendo que grande parte da população moçambicana vive nas zonas rurais, o Governo tem desenvolvido políticas de desenvolvimento social no meio rural; nomeadamente a Estratégia de Desenvolvimento Rural (2007 – 2005), a Estratégia de Finanças Rurais (aprovada em 2011), o Fundo Distrital de Desenvolvimento, entre outras.

Apesar do registo positivo na implementação destas políticas, o meio rural manifesta ainda características que carecem de uma abordagem da acção governativa, integrada e multisectorial. Especificamente, o meio rural apresenta as seguintes características: (1) ausência de infra-estruturas básicas de educação, saúde, água, saneamento do meio, energia e vias de acesso; (2) precariedade de fontes de rendimento que incluem o trabalho assalariado (permanente, sazonal e migratório); (3) ausência de serviços financeiros adequados (4) baixos níveis de produtividade; (5) prática do uso insustentável dos recursos naturais e; (6) predominância da agricultura familiar de subsistência. Destacam-se ainda desafios estruturais nomeadamente: (i) níveis baixos de alfabetização, (ii) desnutrição crónica, (iii) altas incidências da malária e HIV/SIDA, (iv) desigualdades de género, (v) vulnerabilidade às mudanças climáticas, (vi) dispersão da população, e (vii) êxodo rural.

É dentro deste contexto que se encontram os grandes desafios do desenvolvimento rural e a eliminação destes desafios é também apoiada pela boa governação e mobilização social.





## 1.2. ANTECEDENTES

O desenvolvimento rural é um conceito sobre o qual se tem reflectido um pouco por todo o mundo, em particular nas últimas décadas. Apesar da ausência de consenso sobre como abordar e definir processos de desenvolvimento rural, cada Estado tem adoptado políticas diversas para este fim. Ao longo dos anos, assistimos a uma evolução na abordagem do desenvolvimento rural onde a terra, como principal factor limitativo para o desenvolvimento económico, deixou de estar no centro das prioridades; o capital e a sua acumulação deixaram de ser o motor para o desenvolvimento, e a economia rural passou a ser movida pelo conhecimento, pela evolução tecnológica e o acesso aos mercados. Ademais, o aumento da vulnerabilidade às mudanças climáticas tem merecido especial atenção pelo seu impacto negativo nas comunidades.

A nossa Estratégia de Desenvolvimento Rural (EDR 2007-2025) define o Desenvolvimento Rural como o processo de melhoria das condições de vida, trabalho, lazer e bem-estar das pessoas que habitam nas áreas rurais em Moçambique, considerando sempre a preservação do ambiente como elemento fundamental para o desenvolvimento sustentável.

Ao longo dos últimos anos, o Governo adoptou diferentes abordagens, enquadradas no contexto das diferentes fases de desenvolvimento do país, sendo de destacar:

(i) **1992 – 2000 INDER (Instituto de Desenvolvimento Rural)** - Instituto com autonomia administrativa e financeira, cujo principal foco foi a construção de infra-estruturas públicas como escolas, mercados, estradas vicinais, postos de saúde e abastecimento de água. Os projectos focavam-se no contexto local e priorizavam a subsistência das populações. O essencial era a reintegração das populações e reactivação das actividades económicas no período pós-conflito armado. Focalizavam-se também o apoio às ONG's na orientação das suas intervenções.

Outros aspectos corporizaram as intervenções, nomeadamente: (i) o estabelecimento das rádios e televisão comunitárias, (ii) a transferência de tecnologias e, (iii) a criação de bibliotecas distritais.

(ii) **2000 – 2005 DNDR (Direcção Nacional de Desenvolvimento Rural) no MADER (Ministério da Agricultura e Desenvolvimento Rural)** - Neste período, o instrumento de política foi a "Abordagem de Desenvolvimento Rural" e foram identificados 42 distritos prioritários para as intervenções. O critério de selecção dos distritos foi o índice de pobreza e caracterizou-se por um acompanhamento directo das intervenções pelos membros do Conselho de Ministros. As actividades continuaram similares ao período anterior (1992-2000), com destaque para micro-projectos em áreas temáticas como micro-finanças, comunicação rural, mercados rurais e gestão dos recursos naturais.

(iii) 2005 -2014 DNPDR (Direcção Nacional de Promoção do Desenvolvimento Rural) no MPD (Ministério de Planificação e Desenvolvimento) e MAE (Ministério da Administração Estatal) – Neste período, foi aprovado um instrumento de política que inclui a Estratégia de Desenvolvimento Rural (EDR) (2007–2025) e a Estratégia de Finanças Rurais (EFR) (2011–2016). O foco foi a sua implementação através de projectos e programas que respondiam a iniciativas locais baseando-se na abordagem de desenvolvimento económico local, através da valorização de projectos de iniciativa local. Tratou-se essencialmente da evolução de uma abordagem sectorial para uma abordagem integrada e espacial do desenvolvimento rural. Emerge neste período: (i) a importância dos CCL's (Conselho Consultivos Locais) no processo da planificação, implementação e monitoria das iniciativas e, (ii) o foco nas zonas agro-ecológicas e corredores de desenvolvimento.

A EDR tem como objectivos estratégicos: (i) a competitividade, produtividade e acumulação de riqueza, (ii) a gestão produtiva e sustentável dos recursos naturais e do ambiente, (iii) a diversificação e eficiência do capital social, de infra-estruturas e institucional, (iv) a expansão do capital humano, inovação e tecnologia e, (v) a boa governação e planeamento para o mercado.

A EFR tem como objectivo promover a criação e consolidação de um sistema financeiro inclusivo nas zonas rurais, capaz de apoiar e incrementar o desenvolvimento económico e social, tanto empresarial como individual. A EDR e a EFR promovem o associativismo através da descentralização do processo da legalização das associações agro-pecuárias, financiamento de cerca de 140 mil micro-projectos de geração de renda e de produção de comida através do Fundo de Desenvolvimento Distrital, vulgo "7 Milhões", e atribuem maior ênfase no desenvolvimento de cadeias de valor e feiras comerciais.

A abordagem de DEL (Desenvolvimento Económico Local), promove ainda parcerias entre comunidades e investidores, e o estabelecimento de centros de recursos. Fora os "7 Milhões", os projectos são financiados por fontes externas e tem uma abordagem territorial definida por critérios circunstanciais e no tempo.

Tal como nos períodos anteriores, o seu impacto é diluído na dimensão dos problemas do meio rural, sem oferecer soluções de longo prazo para os desafios do nosso país. O MITADER propõe uma nova abordagem de actuação que assegure a implementação efectiva da Estratégia de Desenvolvimento Rural 2007-2025.

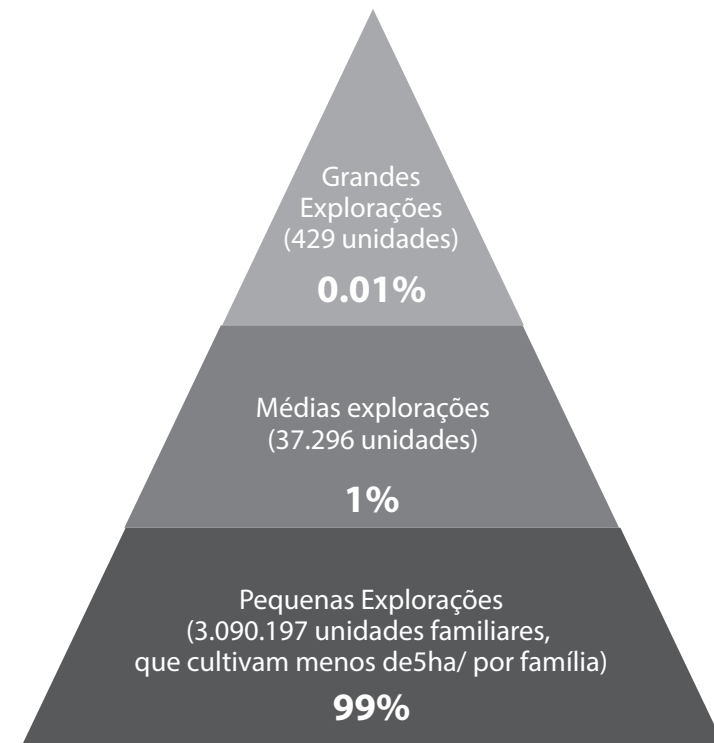


# 1.3. INVESTIMENTO NO PEQUENO AGRICULTOR FAMILIAR

O baixo nível de escolaridade, o fraco acesso a informação, aliado a condições solo-climáticas e demandas de mercado, contribuem para a reduzida capacidade do pequeno produtor gerir a sua unidade de produção como uma pequena empresa.

O investimento no desenvolvimento dos pequenos agricultores no nosso país é de capital importância. 99% das explorações agrícolas no país são do sector familiar. O reduzido tamanho das suas parcelas e a baixa produtividade resulta em baixos volumes produzidos. Aliado a este facto, o fraco domínio das técnicas agrícolas determina a fraca capacidade de trabalhar a terra.

Adicionalmente, o pequeno agricultor não tem acesso e controle sobre as sementes, o que garantiria sementes de boa qualidade, com alto poder germinativo e adaptabilidade às condições dos solos e clima prevalentes. A pequena agricultura é essencialmente de sequeiro e não possui mecanismos ou infra-estruturas locais alternativos para evitar a forte dependência de factores naturais (sistemas de irrigação e de drenagem contra secas e inundações, respectivamente).





Estes aspectos justificam a necessidade de investimentos multifacetados no pequeno agricultor, nas seguintes áreas por ordem de prioridade:

- Introduzir novas técnicas agrárias adequadas à condição de cada meio, com especial atenção ao potenciamento dos grupos mais desfavorecidos;
- Massificar a disseminação e acesso à informação tecnológica prática para o empreendedorismo agrário familiar capaz de assegurar uma remuneração, acumulação e progresso camponês;
- Investir no planeamento do território com vista a inversão da pirâmide da exploração da terra para a agricultura, elevando a agricultura familiar para a escala das explorações de tamanho médio;
- Fomentar uma política de crédito de apoio ao camponês, que conjugue as diferentes formas de financiamento tais como: (i) linhas de crédito especiais, (ii) leasing, (iii) capitais de risco, (iv) seguro agrícola, (v) fundos de garantia e, (vi) fomento de crédito solidário, entre outras.



PROGRAMA NACIONAL DE  
**DESENVOLVIMENTO  
SUSTENTÁVEL**



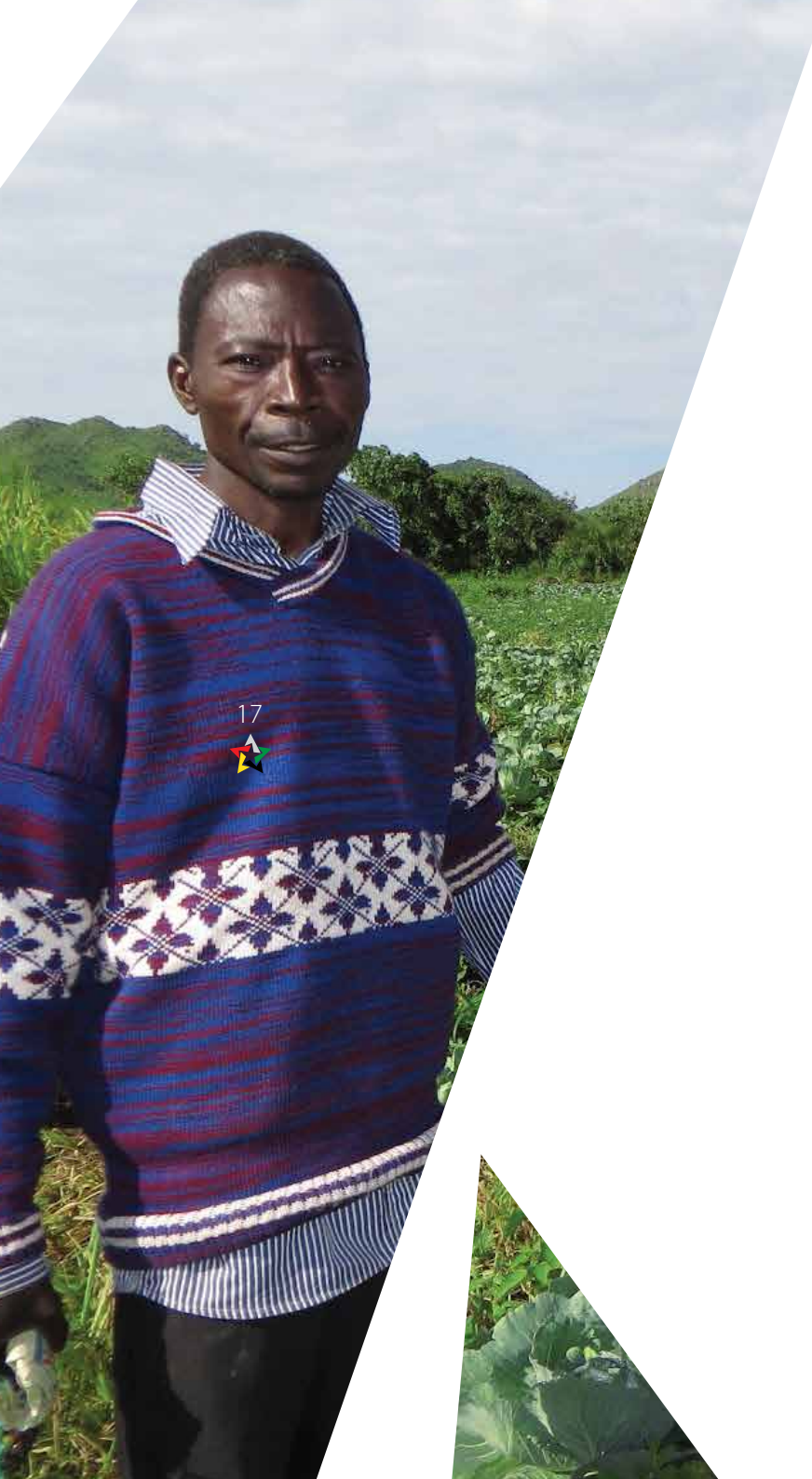
## 2. PROGRAMA NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL (PNDS)

O PNDS é um programa de desenvolvimento integrado no meio rural, que visa promover o uso sustentável dos recursos naturais, organização da terra e gestão ambiental. Este Programa pretende fomentar uma economia local de base através da complementariedade da oferta de serviços básicos, capacitação e atracção de investimentos importantes para o desenvolvimento, enquanto explora as capacidades e inova o conhecimento local, e contribui para a resiliência das comunidades aos efeitos das mudanças climáticas.

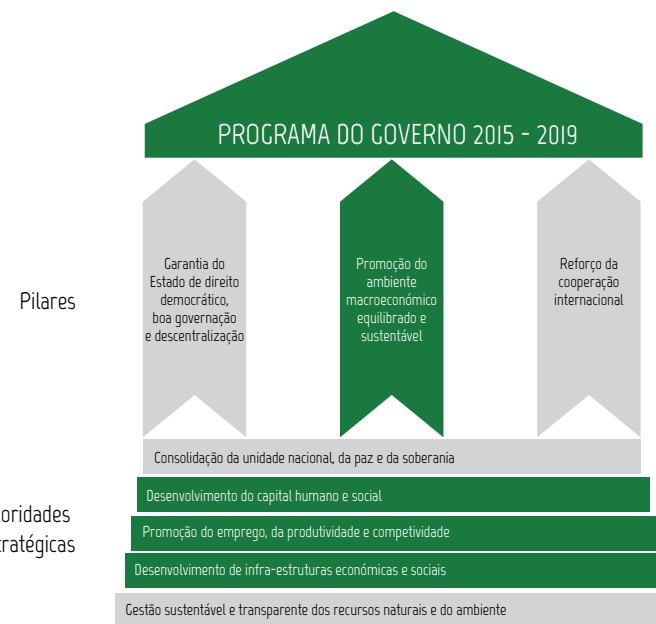
### 2.1. OBJECTIVOS E PRIORIDADES ESTRATÉGICAS

As prioridades estratégicas do FNDS estão alinhadas com o objectivo principal da criação do MITADER que é assegurar o aumento do rendimento familiar no meio rural de forma sustentável.





17



17



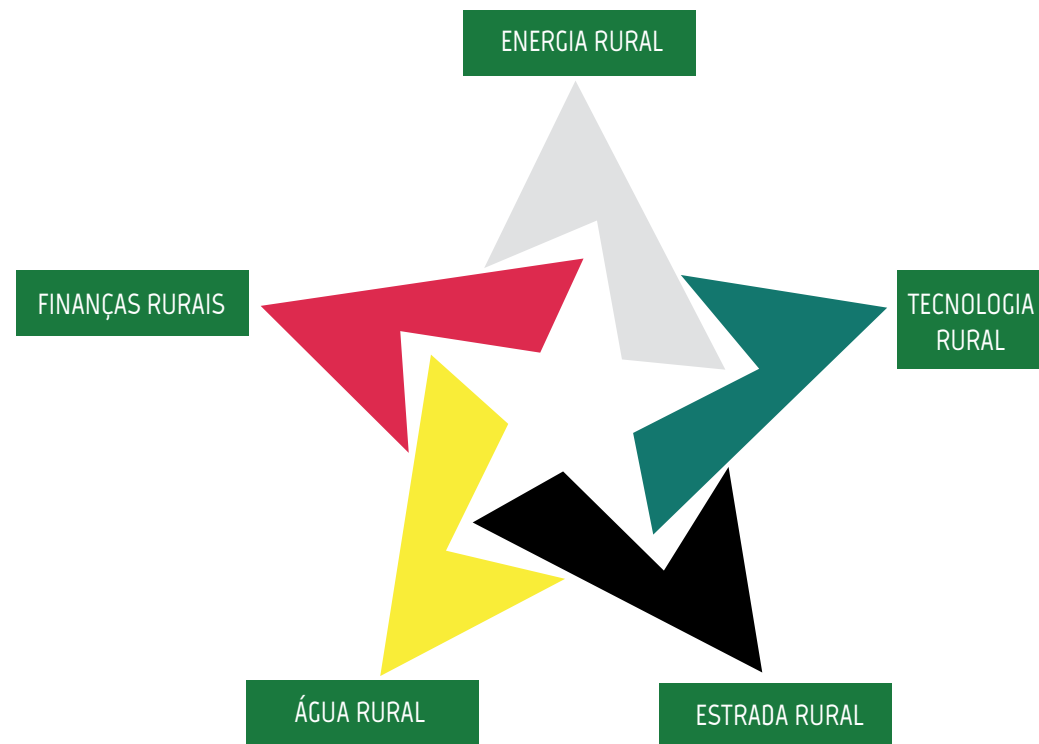
Mais concretamente o Programa tem as seguintes prioridades estratégicas:

- **Energia:** dotar a economia rural de factores produtivos determinantes para o seu processo de dinamização;
- **Água:** Assegurar os serviços básicos essenciais para o bem estar das populações, e de impacto na produtividade no meio rural;
- **Formação e transferência de tecnologia:** Reforçar a capacidade produtiva através da transferência de tecnologia e formação, para os agentes de desenvolvimento rural;
- **Infraestruturas de ligação aos mercados:** Assegurar o desenvolvimento de infraestruturas económicas e sociais que permitam aumentar a acessibilidade e mobilidade no meio rural;
- **Banca e Financiamento:** Promover uma economia diversificada e geradora de emprego através do estímulo ao investimento nos sectores estratégicos da economia rural;



## 2.2. ÁREAS DO PNDS

Para a materialização das estratégias prioritárias, o PNDS prevê a implementação integrada de cinco áreas centrais:



# TECNOLOGIA RURAL



### 2.2.1. TECNOLOGIA RURAL

Prioridade Estratégica: **Formação e transferência de tecnologia**

No meio rural, a formação e transferência de tecnologia oferece maior eficiência e eficácia nos processos produtivos, e confere ainda maior competitividade às economias locais. Este projecto tem como objectivo criar mecanismos e estruturas de capacitação e apoio à produção local, com a finalidade de aumentar a produtividade.

Os projectos desta área prevêem a formação em matérias de conhecimentos básicos de novas técnicas de produção, de desenvolvimento e planeamento de negócios, gestão, finanças rurais, associativismo e cooperativismo, adaptação às mudanças climáticas e conservação do meio ambiente. O processo de formação e de transferência de tecnologia deverá contemplar os agentes de desenvolvimento rural (sector privado) que ainda se encontram aquém do desejável e a capacitação contínua de extencionistas.

<b>Cultura</b>	<b>Rendimento potencial (Kg/ha)</b>	<b>Rendimento médio 10 anos (Kg/ha)</b>
Milho	3 000	900
Arroz	3 500	2 000
Gergelim	800	600

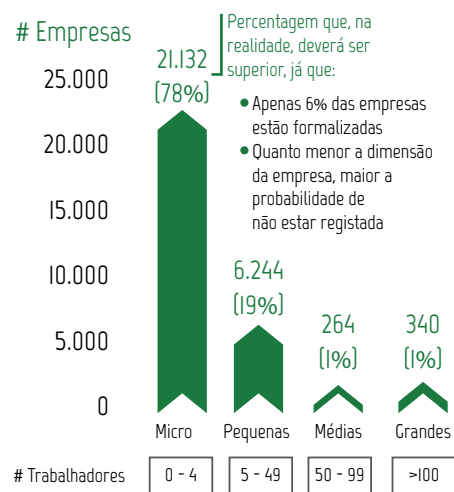
*Os dados indicados, assumiu-se que a agricultura Moçambicana é desenvolvida pelo Sector familiar*

O potencial de rendimento aqui apresentado é estimado em média, tendo em conta que as culturas são cultivadas tanto em regime de sequeiro como em regadios. Na realidade, dependendo destes e outros aspectos (factores), em locais diferentes os rendimentos por hectare podem atingir índices mais elevados.

O gráfico seguinte apresenta o cenário actual das micro-empresas nacionais:



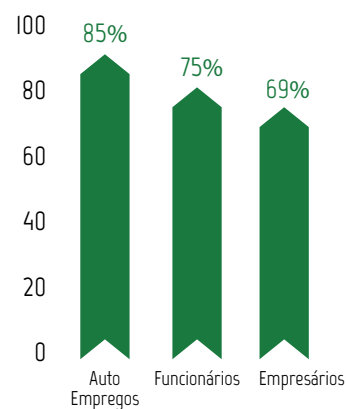
78% das empresas existentes são classificadas como micro.



Dados relativos a 2012  
Fonte: INE

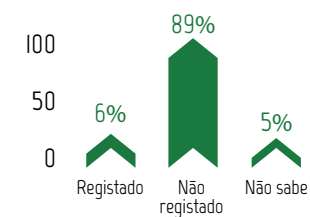
...com índices de formação nacional pouco elevados.

% Trabalhadores com apenas ensino primário ou menos

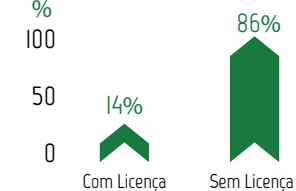


... e um elevado grau de informalismo na economia

% Registo de Negócio



Licença para Negócio



# significa número

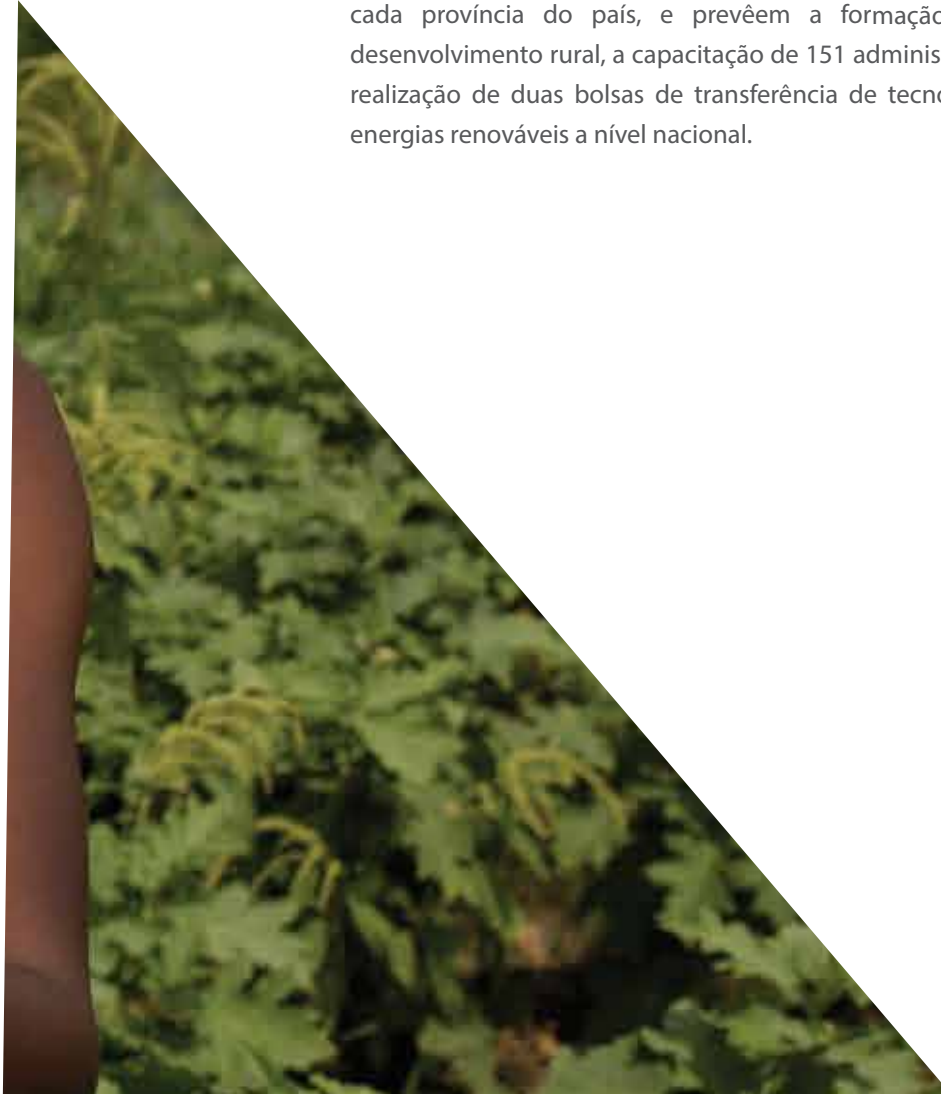


22



Os projectos na área da Tecnologia Rural pretendem igualmente, capacitar os órgãos de governação local, em matérias de desenvolvimento e gestão da terra e meio ambiente. No âmbito deste projeto está prevista a realização de bolsas do agronegócio, turismo, e energias renováveis com vista a promover a transferência de tecnologia para o meio rural.

Os projectos da Tecnologia Rural serão implementados em 10 distritos, um em cada província do país, e prevêem a formação de 1000 agentes de desenvolvimento rural, a capacitação de 151 administradores dos distritos, e a realização de duas bolsas de transferência de tecnologia de agronegócio e energias renováveis a nível nacional.



# ENERGIA RURAL

23





## 2.2.2. ENERGIA RURAL

Prioridade estratégica: **Energia**

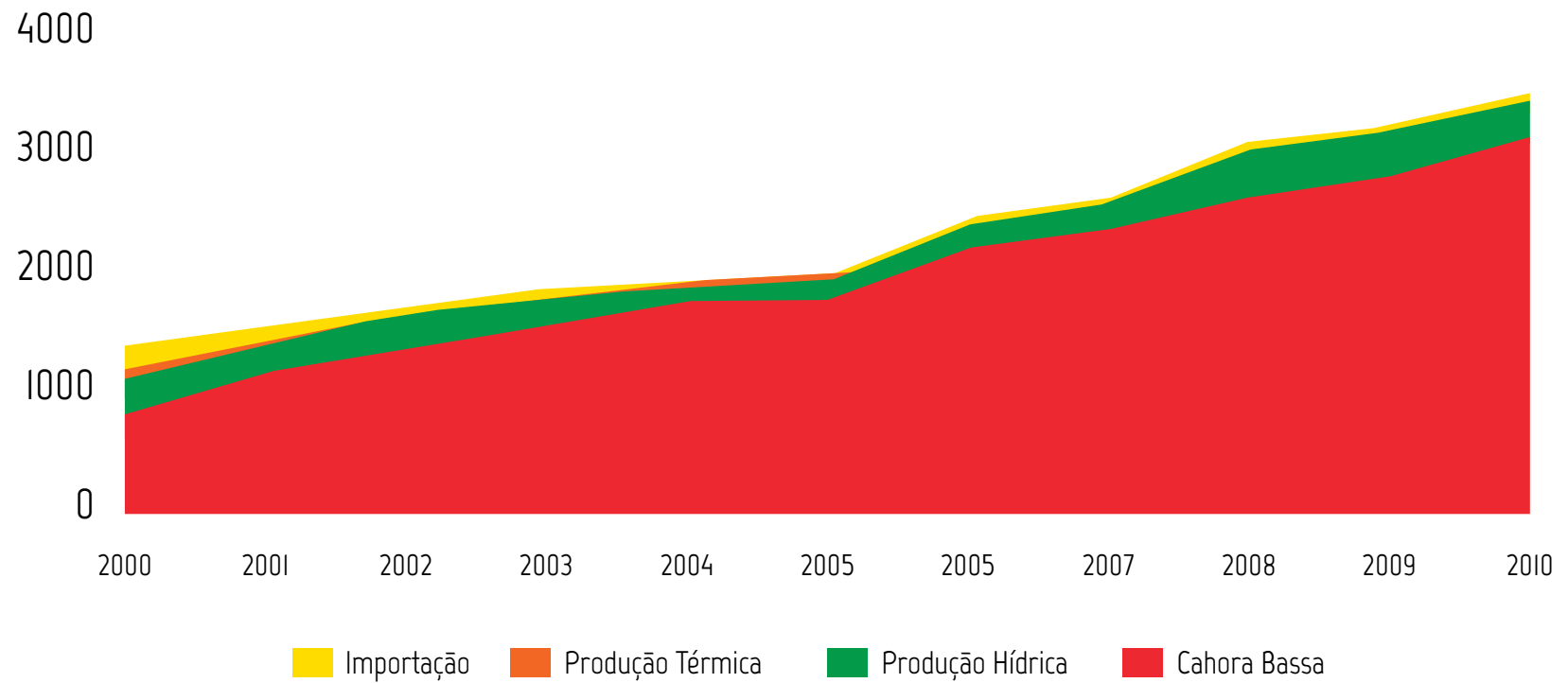
No meio rural, o fornecimento de energia tem importância tanto do ponto de vista social como económico. Socialmente, proporciona conforto ao indivíduo evitando assim que emigre para os grandes centros urbanos em busca de melhor qualidade de vida. No âmbito económico, contribui para o aumento da qualidade do produto, em particular no agro-processamento, pois permite a sua transformação através do uso de tecnologias.

O objectivo do Projecto da Energia Rural, é apoiar a expansão no campo das energias renováveis, incluindo a construção de pequenas estações hidroeléctricas, com componentes de irrigação. A implementação destas acções irá contribuir para o aumento da produtividade e promover a indústria transformadora. Como mecanismo de assegurar o fornecimento de energia a nível local e a nível nacional, o Projecto irá desenvolver, em regime de concessão, a produção de plantas de biomassa. O Projecto Energia Rural irá abranger 35 distritos com potencial mini-hídrico, e irá aumentar a capacidade de energia gerada em 582 MegaWatts a nível nacional, conferindo ainda maior autonomia local no campo energético.

Os gráficos seguintes apresentam o potencial energético do país e o mercado interno por explorar:



**HOJE EM DIA, PRATICAMENTE TODA A ENERGIA CONSUMIDA EM MOÇAMBIQUE É DE ORIGEM HÍDRICA, EM ESPECIAL, DE CAHORA BASSA**



## MOÇAMBIQUE TEM CONDIÇÕES MUITO FAVORÁVEIS PARA DIVERSIFICAR AS SUAS FONTES DE ENERGIA



### Recursos Hídricos

- Segundo país da África Austral com maior potencial hídrico.
  - Potencial total por explorar de 12.000 MW na província de Tete.
- Cahora Bassa assegura 90% da energia do país.



### Carvão Mineral

- As reservas de carvão moçambicanas são das maiores no mundo.
  - Capacidade de produção de 8.000 MW durante 30 anos.
- Já há grandes investimentos em curso, mas queda no preço do carvão tem-nos condicionado.



### Gás Natural

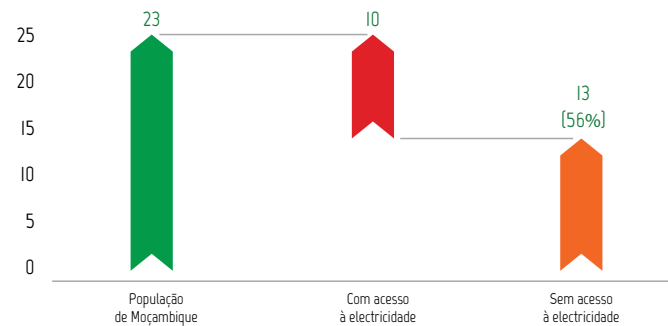
- O país tem das maiores reservas de gás natural do continente africano.
  - Potencial para rivalizar com a Austrália e aproximar-se do Qatar, o maior produtor mundial.
- Já há vários projectos em curso, mas para o potencial ser atingido, serão necessários ainda grandes investimentos e alguns anos.

26



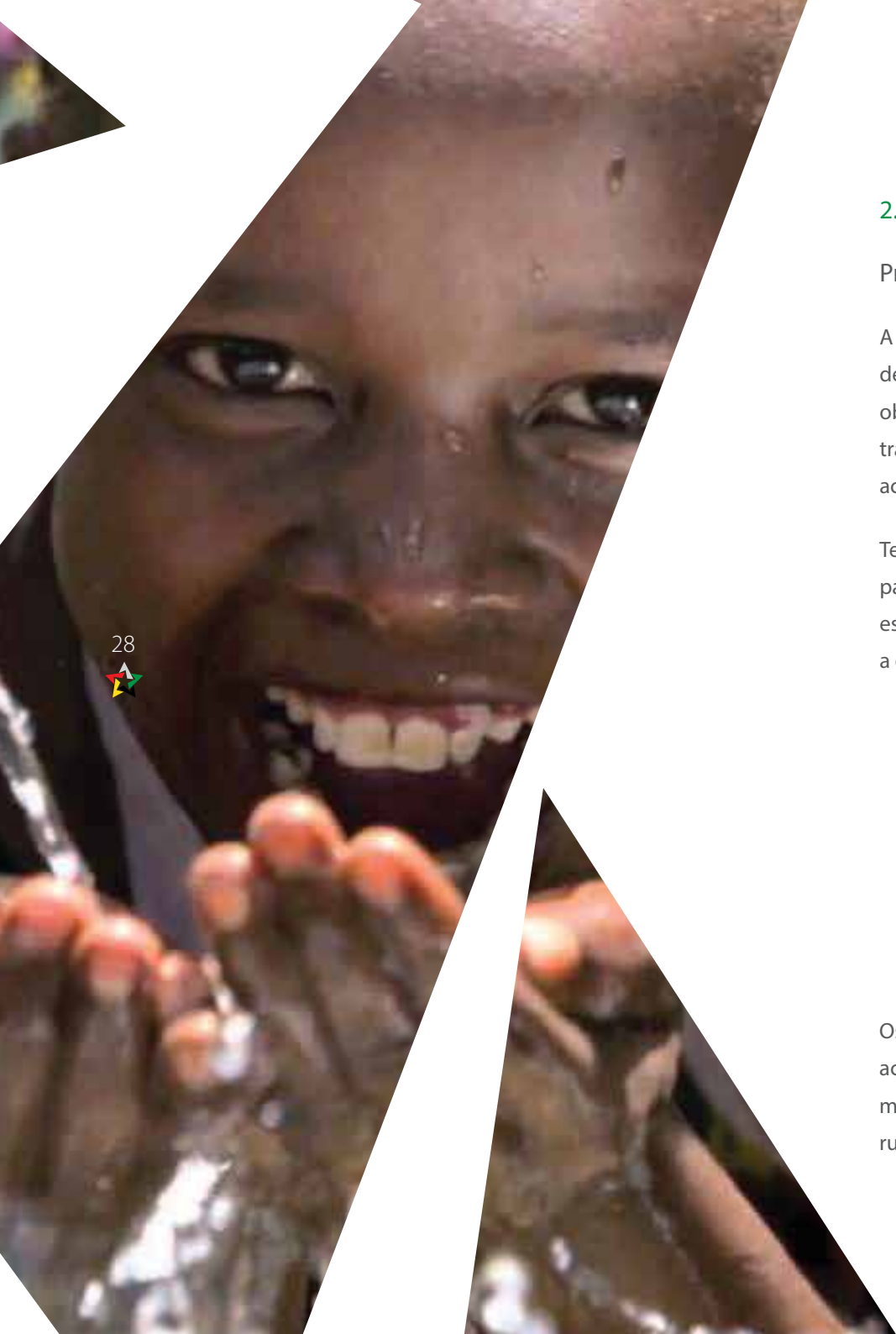
## INVESTIMENTO NAS REDES DE TRANSPORTE E DISTRIBUIÇÃO DE ELECTRICIDADE

População (milhões)



Moçambique terá de investir cerca de 2,4 B\$ para expandir a rede eléctrica a todo o território do país

**ÁGUA RURAL** <sup>27</sup> 



### 2.2.3. ÁGUA RURAL

#### Prioridade Estratégica: Água

A água é vital para a sobrevivência do homem, e é também um factor determinante nos processos produtivos, em particular para a agricultura. O objectivo dos projectos na área da Água Rural, é assegurar o acesso e tratamento da água no meio rural para consumo doméstico e para as actividades económicas.

Tendo em conta o contexto rural actual, exigem-se soluções rápidas e simples para garantir eficiência no fornecimento de água. Assim, propõe-se o estabelecimento de sistemas de purificação de água pré-fabricados, associados a equipamentos com as seguintes características:

- i. Estações de tratamento de água pré-fabricadas fáceis de instalar, construir e operacionalizar em 40 dias;
- ii. Pré-fabricados produzidos principalmente em aço inoxidável de grau 304, cuja resistência é à prova de corrosão;
- iii. Processos de manutenção simples;
- iv. Sistemas chave-na-mão, onde a água é captada, tratada e bombeada para um tanque de aço elevado, para posterior distribuição nas comunidades.

Os projectos da Água Rural pretendem abranger 53 distritos e assegurar o acesso a água potável a mais de 10 milhões de habitantes, concorrendo para a melhoria da qualidade da saúde e para o aumento da produtividade no meio rural.

# ESTRADA RURAL

29





#### 2.2.4. ESTRADA RURAL

Prioridade Estratégica: **Infraestruturas de ligação aos mercados**

No meio rural, as vias de acesso tem importância tanto do ponto de vista social, como económico. Socialmente permitem o acesso das comunidades rurais à educação, saúde e lazer. No âmbito económico, facilitam o escoamento da produção e reduzem os custos logísticos. O objectivo dos Projectos nesta área, é melhorar a logística ao nível distrital, por via da construção, reabilitação e manutenção de infra-estruturas de rede viária nas zonas rurais. Esta abordagem pretende assegurar um investimento em estradas terciárias, vicinais.

O essencial é a ligação de centros produtivos a infraestruturas de escoamento instaladas tais como: aeroportos, linhas férreas, estradas e portos. A estratégia de gestão de estradas terciárias e vicinais deverá respeitar critérios de gestão a nível local, ter objectivos e metas de produção pré-definidos, orçamentados com base no custo por quilómetro.

O modelo de fiscalização e monitoria deverá ser feito de acordo com a frequência pré-definida de intervenção e reportado mensalmente do distrito à província, e desta ao nível central, sendo de seguida compilado num relatório trimestral de balanço. Os Projectos na área da Estrada Rural irão abranger 96 distritos, e prevê a construção de 1500 quilómetros de estrada de novas ligações às comunidades e mercados, e também contempla a manutenção de 4500 quilómetros de estradas vicinais e terciárias.

# FINANÇAS RURAIS

31





### 2.2.5. FINANÇAS RURAIS

Prioridade Estratégica: **Bancos e Financiamento**

No meio rural, a existência de serviços financeiros é de suma importância para a dinamização da vida social e económica, bem como para o exercício de poupanças, suporte de transacções, comércio e crédito ao investimento. Os Projectos na área das Finanças Rurais, visam essencialmente acelerar o processo de acesso a soluções financeiras nas zonas rurais.

Adicionalmente, prevê-se a implementação do Pacote de Estímulo à Economia Rural (PEER), que tem como objectivo estimular o investimento privado em sectores estratégicos para o desenvolvimento, e está alicerçado em áreas prioritárias onde o país ainda apresenta um elevado potencial económico por captar. Este Pacote será assegurado pelo Governo de Moçambique, e conta com a parceria da banca comercial. O PEER irá privilegiar a implementação de projectos âncora no meio rural pelo sector privado e seguir uma aplicação estruturada e rigorosa de financiamento. O PEER irá ainda financiar o crédito ao camponês.

Os gráficos seguintes identificam os elementos orientadores do PEER:



### AGRO-ALIMENTAR

Grande percentagem de terras muito férteis e grande percentagem de **terra arável por cultivar**.

**Baixa produtividade** da terra cultivada, principalmente devido ao baixo uso de capital e ausência de adequada formação agrária.

Elevada **dependência de importação** de alimentos, devido à indústria alimentar incipiente.

**80% da população activa** moçambicana empregada na agricultura.

Grande potencial de criação de riqueza e empregos.

### ENERGIA

Dependência de número limitado de fontes energéticas.

Grande parte da população não coberta pela rede eléctrica.

Existência de um enorme valor por capturar nos sectores do gás e carvão.

Criticidade do sector para o desenvolvimento de toda a economia nacional.

Infraestrutura de base para o desenvolvimento e sector prioritário para a economia.

### TURISMO

Sector exportador que poderá contribuir fortemente para a robustez da balança comercial.

Potencial turístico por explorar em mercados próximos, como asiático e sul-americano.

Necessidade de desenvolvimento de infra-estruturas de apoio ao sector.

Características únicas para se tornar num dos principais destinos turísticos africanos.

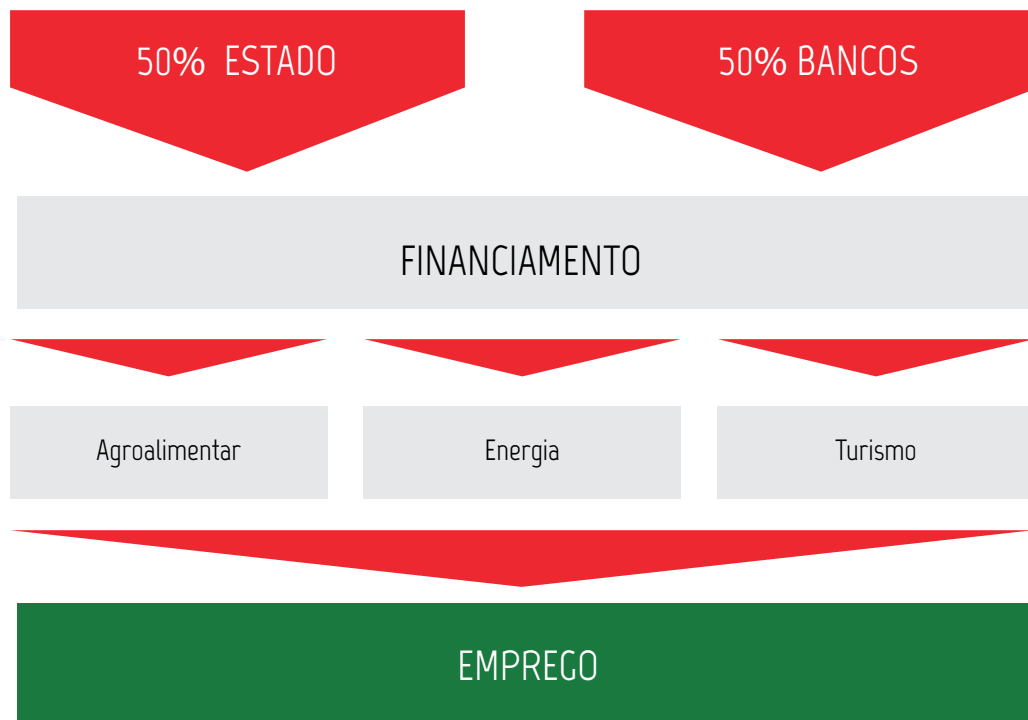
Características únicas para o sector com grande capacidade de criação de emprego e atracção de divisas.





## ESTRUTURA DO FUNDO

Este pacote será operacionalizado através do Fundo Nacional de Desenvolvimento Sustentável que se prevê que seja uma entidade autónoma nos termos administrativo, financeiro e patrimonial, cujo objectivo principal é fomentar e financiar acções com o fim de garantir o desenvolvimento sustentável, harmonioso e inclusivo.





## CRITÉRIOS DE ACESSO AO FUNDO

Investimentos focados em participações maioritárias em projectos na fase inicial

Activos	Participações com 10% de garantias ou capital pelo investidor
Estratégia	Desenvolvimento de projectos na fase inicial (vs. investimento em grandes empresas). <ul style="list-style-type: none"> <li>• Crescimento: Aquisição de participações em MPMEs com potencial e empreendedores capazes.</li> <li>• Crescimento: Criação de projectos de raiz para originar empresas nacionais de sucesso.</li> </ul>
Co-investidores	Empreendedores originais, empresários nacionais ou parceiros internacionais de referência. <ul style="list-style-type: none"> <li>• Parceiros internacionais deverão acrescentar "expertise" crítica e facilitar entrada em mercados exportadores.</li> </ul>

CrITÉRIOS mÍNIMOS para avaliação



Estas três áreas (sectores prioritários, estrutura do Fundo e critério de acesso ao Fundo) quando combinadas, tem um enorme potencial na geração de emprego e na diversificação das actividades económicas, permitindo equilibrar a balança ligada ao sector extractivo e financeiro. Regime fiscal dos projectos financiados no âmbito do PEER:

- i. Isenção nos primeiros dez anos de IRPC (Imposto sobre o Rendimento de Pessoas Colectivas);
- ii. Do 10º ao 15º ano, redução do IRPC de 50%;
- iii. Isenção de importação de direitos aduaneiros e IVA (Imposto sobre o Valor Acrescentado);
- iv. No mercado interno, isenção de IVA.

O Pacote de Estimulo à Economia Rural prevê o financiamento de 200 projectos âncora no meio rural, com particular ênfase nos sectores das energias renováveis, do agronegócio e do turismo. O pacote não deixará de financiar outros sectores de impacto ao desenvolvimento rural que se mostrem viáveis.



# 3. PROJECTOS E ACÇÕES COMPLEMENTARES



No âmbito da implementação do PNDS, são concebidos vários projectos que activam entre uma a cinco áreas em simultâneo, contribuindo sempre para o objectivo comum de desenvolvimento sustentável das áreas rurais de Moçambique, dotando as famílias rurais de meios e competências para prosperar.

### 3.1. PROJECTO SUSTENTA

O Projecto Sustenta é um projecto de gestão integrada de agricultura e recursos naturais cujo objectivo é promover e facilitar o desenvolvimento rural integrado, com vista a contribuir para a melhoria das condições de vida das famílias rurais, com base em:

- Desenvolvimento da agricultura de conservação para segurança alimentar e rendimento;
- Maneio sustentável de recursos naturais e valorização de produtos madeireiros e não madeireiros;
- Promoção do acesso ao direito de uso e aproveitamento da terra; e
- Fortalecimento de instituições governamentais e de outros intervenientes.

Consiste ainda em dinamizar as cadeias de valor de base florestal, empoderando todos os envolvidos com os recursos necessários e gerando as sinergias possíveis, de forma a aumentar a produtividade, assegurando em simultâneo fornecimento de resposta imediata em caso de uma crise ou de emergências elegíveis.

### 3.2. PROJECTO UM DISTRITO. UM BANCO.

O Projecto “Um Distrito, Um Banco” tem como objectivo acelerar o processo de bancarização das zonas rurais, com vista a garantir total cobertura da rede bancária do País.

Para tal, o Governo colocará à disposição das instituições financeiras, facilidades para a instalação e estabelecimento de agências, em 72 distritos, dentro de um prazo de 4 anos.

Este processo visa garantir o cumprimento do Plano Quinquenal do Governo 2015-2018, que preconiza, o desenvolvimento sustentável de infra-estruturas sócio-económicas essenciais e vitais para a promoção da actividade produtiva do sector privado e associativo, bem como o incremento da capacidade do sector público, de prover os serviços sociais básicos à população.

### 3.3. PROJECTO QUINTA DA ENERGIA

O Projecto Quinta da Energia visa implantar sistemas locais de energia, com base em fontes de energia renováveis. Trata-se de sistemas de geração de energia com capacidade estimada entre 0 a 10 MW, podendo representar um investimento de cerca de 2 milhões de USD por MW.

Este pressupõe a implementação das políticas e condições legais/fiscais que possam garantir a atracção de investimentos para o sector, numa perspectiva de retornos moderados, mas que, a medida em os outros sectores da economia real se forem desenvolvendo, tenderão a aumentar significativamente.

### 3.4. PROJECTO MOZBIO

As áreas de conservação são o habitat para inúmeras espécies de fauna e flora, com valor ecológico e científico, e representam um valor económico turístico importante, para o desenvolvimento das comunidades rurais.

O Mozbio, Projecto de Conservação da Biodiversidade tem como objectivos: (i) capacitar a fiscalização de áreas de conservação, (ii) infra-estruturar as áreas de conservação (iii) promover o turismo (iv) mapear as áreas de conservação (v) e desenvolver as comunidades próximas das áreas de conservação.

Neste âmbito, o Projecto MozBio prevê a construção de 3 aeródromos, a construção de 5 acampamentos de fiscalização, e a formação de 800 fiscais

### 3.5. PROJECTO ÁGUA-VIVA

O objectivo do projecto Água-Viva é de assegurar o acesso e tratamento da água no meio rural para consumo doméstico e para as actividades económicas.

Tendo em conta o contexto rural actual, exigem-se soluções rápidas e simples para garantir eficiência no fornecimento de água. Assim, este projecto prevê o estabelecimento de sistemas de purificação de água pré-fabricados, associados a equipamentos com as seguintes características:

- i. Estações de tratamento de água pré-fabricadas fáceis de instalar, construir e operacionalizar em 40 dias;
- ii. Pré-fabricados produzidos principalmente em aço inoxidável de grau 304, cuja resistência é à prova de corrosão;
- iii. Processos de manutenção simples
- iv. Sistemas chave-na-mão, onde a água é captada, tratada e bombeada para um tanque de aço elevado, para posterior distribuição às comunidades.



### 3.6. PROJECTO DE APOIO AO DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO LOCAL ( PRODEL)

O PRODEL tem como missão apoiar o desenvolvimento económico local com base nas micro, pequenas e médias empresas rurais nos distritos e municípios das três províncias com vista a fortalecer a sua base produtiva e competitividade.

Os principais objectivos deste projecto são a melhoria dos serviços públicos para a promoção do desenvolvimento económico local, a promoção do investimento público em infra-estruturas económicas locais públicas; e a promoção das cadeias de valor que fomentem a participação das MPME's locais.

### 3.7. PROGRAMA DE PROMOÇÃO DOS MERCADOS RURAIS (PROMER)

O PROMER tem como missão melhorar a renda dos pequenos produtores, estimulando uma maior rentabilidade através da comercialização dos seus excedentes.

Os principais objectivos do PROMER são: melhorar o acesso e a participação dos pequenos agricultores em mercados agrícolas e cadeias de valor; estimular o aumento da produção agrícola e o valor acrescentado dos produtos comercializados; melhorar a eficiência dos intermediários de Mercado e a efectividade das parcerias; e criar um ambiente propício a operações de mercado agrícolas.

### 3.8. PROJECTO TERRA SEGURA

A terra representa o recurso natural mais importante para o desenvolvimento socioeconómico. Nela vivemos, produzimos e extraímos os alimentos que sustentam a vida. A sua gestão e administração eficiente, conferem maior domínio territorial, produtividade e harmonia no convívio das comunidades.

O objectivo do projecto Terra Segura é reforçar o sistema de administração e gestão de terras, com foco no acesso, registo e gestão da informação.

A explosão demográfica e a crescente procura de recursos naturais em que vivemos, levanta novos desafios à capacidade do Estado de gerir a terra. Entre os desafios, destacam-se: (i) o conflito de terras, (ii) a ociosidade da terra, (iii) o ordenamento do território, (iv) e a exploração sustentável da terra. O Projecto Terra Segura irá implementar (i) o registo e titulação do Direito de Uso e Aproveitamento da Terra (DUAT), (ii) o mapeamento do território em escala de 1:50.000 e 1:25.000 do território nacional, (iii) a construção de um cadastro nacional actualizado, fiável e transparente, (iv) mecanismos eficientes de emissão de DUATs, (v) descentralização da capacidade técnica de gestão e administração da terra aos distritos, (vi) divulgação dos direitos e obrigações de uso e aproveitamento nas comunidades (Lei de Terras), (vi) optimização do uso da terra através da transferência de técnicas de cultivo que permita aumentar os níveis de produtividade, (vii) democratização do acesso à terra respeitando a igualdade de género e, (viii) Segurança de posse de terra.

O Projecto Terra Segura prevê o registo e regulamento de ocupação de 5 milhões de parcelas (DUAT's), a conclusão do processo de instalação do Sistema Integrado de Gestão de Terras, a realização de 4 campanhas de divulgação de direitos e obrigações de uso da terra, a capacitação de 800 agentes de fiscalização das normas de uso da terra, e ainda 4 capacitações dos Administradores distritais sobre a gestão da terra.



### 3.9 PLANOS DE ACÇÃO COMUNITÁRIOS DE ADAPTAÇÃO ( PACA)

O PACA visa contribuir para o aumento da resiliência de Moçambique, aos impactos das alterações climáticas, com a implementação de medidas concretas de adaptação, identificadas a partir de processos de consulta comunitários e orçamento participativo. Este programa actua nas áreas geográficas mais vulneráveis às mudanças climáticas, de acordo o Programa de Educação, Comunicação e Divulgação Ambiental 2009-2025.

Adicionalmente contribui para a Estratégia Nacional de Adaptação e Mitigação das Mudanças Climáticas que estabelece directrizes de acção para criar resiliência, incluindo a redução dos riscos climáticos, nas comunidades e na economia nacional e tem a finalidade de promover o desenvolvimento de baixo carbono e a economia verde, através da sua integração no processo de planificação sectorial e local.

### 3.10. PROJECTO CRÉDITO CAMPONÊS

É um pacote de financiamento elegível aos pequenos produtores devidamente organizados para o acesso aos mercados pelo que, impõe-se que as suas formas de organização lhes permitam fazer parte das cadeias de valor agrícolas locais.

O objectivo é estimular o acesso aos pequenos agricultores e suas organizações aos mercados com vista a sua inclusão económica, aumento da renda e eliminação da pobreza.

O investimento deverá considerar uma abordagem que incluirá a demanda dos outros actores cujas actividades facilitem de forma directa os diferentes segmentos das cadeias de valor. Especial atenção será dada a comerciantes devidamente credenciados através de contratos-programa.

Como tal, além do crédito, o pacote providenciará serviços de poupança, leasing e factoring, micro-seguros, entre outros.

### 3.11. PROJECTO NOVAS CENTRALIDADES

A importância do planeamento e ordenamento do território é de promover o equilíbrio entre habitantes, espaço físico, e os recursos naturais existentes. O Projecto Novas Centralidades tem como objectivo criar Centros Integrados de Serviços, nas áreas de grande potencial, tais como a agricultura, o turismo e a habitação, dentro dos princípios de planeamento físico pré-definidos. Igualmente tem como objectivo projectar a construção das cidades do futuro.

O Projecto Novas Centralidades prevê a construção de 25 centralidades agrícolas, 6 centralidades turísticas, e a projecção de 5 centralidades habitacionais e 7 cidades do futuro, nomeadamente: Palma/Afungi, Nacala-Velha, Pebane, Lumbo/Angónia, Dondo e Matutúine.



### 3.12. PROJECTO CRESCER BEM

O Projecto Crescer Bem consiste de uma campanha de mobilização comunitária, focalizada na mulher grávida e na criança, com vista contribuir para a redução da desnutrição crónica, partindo de acções coordenadas em prol da mudança social e de comportamento.

Tem como objectivo principal a promoção da educação alimentar, através da implementação de acções de mobilização nas comunidades, com vista a melhoria do estado nutricional de crianças e mulheres grávidas em Moçambique.

A missão é contribuir para cumprimento do Plano de Acção Multisectorial para a Redução da Desnutrição Crónica (PAMRDC) 2011- 2015 (20), que tem como objectivo acelerar a redução da desnutrição crónica de 44% (2008) até 30% (2015) e 20% (2020), contribuindo para a redução da morbimortalidade infantil e assegurando o desenvolvimento de uma sociedade saudável e activa.

### 3.13. PROJECTO AMBIENTE EM MOVIMENTO

A conservação do solo, flora, fauna, água e ar, é vital para o desenvolvimento social das comunidades rurais existentes, e das gerações futuras. Neste âmbito, a preservação do meio ambiente exige a gestão sustentável de recursos. O Projecto AMBIENTE EM MOVIMENTO, tem como prioridades de actuação: (i) a educação ambiental, (ii) a fiscalização efectiva, (iii) construção de infra-estruturas de gestão de resíduos sólidos e, (iv) construção de outras infra-estruturas.

O projecto Ambiente em Movimento prevê a construção de 10 aterros sanitários, 15 campanhas de educação ambiental (incluindo a importância do saneamento do meio, e da biodiversidade)

### 3.14. PROJECTO FLORESTA EM PÉ

A floresta desempenha uma função ecológica importante na conservação da água, do solo e da biodiversidade, e constitui ainda uma importante fonte de matéria prima e produtos alimentares no meio rural. A Floresta presta uma diversidade de serviços climáticos, ambientais, económicos, sociais e culturais. Os objectivos do Projecto Floresta em Pé são os seguintes:

- i. Promover o desenvolvimento rural baseado na protecção, conservação, valorização, criação e utilização sustentável da floresta;
- ii. Apoiar o sector privado, através do desenvolvimento da indústria madeireira nacional, da diversificação e maximização da cadeia de valor do sector florestal;
- iii. Estimular a criação de postos de trabalho no sector florestal, através da diversificação de bens e produtos, baseados no paradigma da conservação;
- iv. Capitalizar a busca e aplicação de fundos internacionais e receitas nacionais na protecção, conservação, valorização, criação e utilização sustentável da floresta;
- v. Mitigar o impacto das medidas de reestruturação e reforma do sector florestal;
- vi. Promover o desenvolvimento das comunidades locais através do apoio ao manejo comunitário e valorização dos recursos florestais, particularmente dos produtos não madeireiros;
- viii. Criar alternativas à exploração desenfreada da floresta, através de actividades de preservação e aumento de stock florestal.

O Projecto Floresta em Pé prevê o financiamento da certificação de 50 concessões florestais, a capacitação de 800 fiscais de protecção, a construção de 5 acampamentos de fiscalização, a distribuição de 12 mil colmeias a 800 associações de apicultores, a instalação de 20 unidades de processamento de mel, o financiamento de 20 carpintarias distritais, e abertura de 20 viveiros florestais e de florestamento.





# Políticas e Acções Complementares

A evolução do desenvolvimento rural deverá ser acompanhada por políticas e acções multissetoriais complementares que respondam aos desafios estruturantes no meio rural.

Desafios	Políticas e Acções Complementares	Impacto
Evolução da Agricultura	Actualização da Política da Agricultura	Médio prazo
Desnutrição Crónica	Adopção da Agenda Nacional do Combate à Desnutrição Crónica no meio rural	Longo prazo
Mudanças Climáticas	Implementação da Estratégia de Mitigação e Adaptação às Mudanças Climáticas	Longo prazo
Desconcentração	Reforma da Função Pública	Médio prazo
Mortalidade	Promoção da Reforma do Sistema Nacional de Saúde	Longo prazo
Analfabetismo	Definição de uma estratégia da Educação a longo-prazo	Longo prazo
Globalização	Adopção de Políticas Macroeconómicas de Protecção à Produção Local	Médio prazo
Desflorestamento	Reforma da Floresta	Médio prazo

A concretização das políticas acima, são essenciais para os objectivos preconizados para o desenvolvimento rural.



# **4. INDICADORES DO DESENVOLVIMENTO RURAL**





#### 4.1. INDICADORES DE DESENVOLVIMENTO RURAL

A implementação do PNDS responde aos indicadores do desenvolvimento rural que são 18 no total, internacionalmente reconhecidos, cuja selecção obedeceu a vários critérios, baseados na importância de cada um deles para a facilitação dos processos de planificação, monitoria e avaliação dos processos de desenvolvimento da economia rural do nosso país. Os indicadores de desenvolvimento rural permitirão visualizar o nível de evolução dos distritos e contribuirão para uma análise do desempenho da governação local.

Os Indicadores de Desenvolvimento Rural, têm como função:

- i. Facilitar os processos de monitoria e de avaliação das actividades prioritárias no âmbito do desenvolvimento rural;
- ii. Disponer de ferramentas que facilitem o conhecimento, de forma mais realística, do principal alvo da agenda de governação – a pobreza rural no país;
- iii. Contribuir para a melhoria da qualidade da governação a todos os níveis, permitindo acesso à informação para tomada de decisões e definição de prioridades e aplicação de recursos;
- iv. Estabelecer um mecanismo de recolha e tratamento de dados e informação a nível local.

A principal fonte de dados serão os relatórios de balanço dos Governos Distritais, INE, fontes sectoriais e inquéritos e levantamentos específicos a serem realizados.

## INDICADORES DE DESENVOLVIMENTO RURAL 2015-2019

Código	Nome do Indicador	Nota Técnica	Tipo de Dados e Metodologia de Recolha	Resp pela Recolha de Dados	Frequência de Recolha de Dados
<b>ÁREA: POBREZA</b>					
1	Mudança percentual da população rural com rendimento abaixo da linha da pobreza	Este indicador mostra a dinâmica dos níveis de pobreza. É medido pelo índice nacional de incidência da pobreza.  Este índice será definido pelo IOF 2014/15	Tipo de dados: Rendimentos e consumo das famílias. Metodologia de Recolha: Será recolhida informação periódica, por amostra, através de inquéritos nas localidades, com recurso às autoridades administrativas locais (existirá uma ficha específica para o efeito). Será consolidada pelos Censos do INE e outros inquéritos.	SDAE e INE	Anualmente
<b>ÁREA: INFRA-ESTRUTURA</b>					
2	Famílias rurais com casa melhorada	Para este indicador, cada país determina o padrão de casa melhorada. Para o nosso país este padrão é determinado através de critérios como construção de alvenaria e cobertura que seja pelo menos de zinco.	Tipo de dados: Número de agregados familiares com casas melhoradas. Metodologia de Recolha: Uma vez por ano, será recolhida a informação acima, através de inquéritos nas localidades, com recurso às autoridades administrativas locais (Existirá uma ficha específica para o efeito). Será consolidada pelos Censos do INE e outros inquéritos.	SDPI	Anualmente
3	Número de infra-estruturas públicas de apoio ao processo produtivo e económico	Indica o capital fixo estruturante para o bom desempenho da economia rural, a nível local. Trata de dados sobre infra-estruturas (estradas terciárias e vicinais, pontecas, drifts, mercados, tanques carracidas, armazéns de apoio ao processo produtivo e económico etc) construídas por distrito	Tipo de dados: Número de infra-estruturas públicas construídas. Metodologia de Recolha: Relatórios de Balanço dos Governos Distritais.	SDPI	Anualmente

Código	Nome do Indicador	Nota Técnica	Tipo de Dados e Metodologia de Recolha	Resp pela Recolha de Dados	Frequência de Recolha de Dados
<b>ÁREA: ÁGUA E SANEAMENTO</b>					
4	População com acesso a água potável	Este indicador representa a percentagem da população com acesso a água potável tal como água canalizada, água de fontanários ou outras fontes seguras de água, que estejam a distâncias razoáveis.	Tipo de dados: percentagem de famílias rurais. Metodologia de Recolha: Relatórios de Balanço dos Governos Distritais, inquérito do INE, estatísticas sectoriais e outras fontes.	SDAE e INE	Anualmente
<b>ÁREA: ELECTRIFICAÇÃO RURAL</b>					
5	Famílias com acesso a energia eléctrica no meio rural	Este indicador, refere-se casas com acesso a fontes de energia eléctrica no meio rural, sendo que tal não necessariamente da rede nacional.	Tipo de dados: Número e percentagem de casas electrificadas de famílias rurais Metodologia de Recolha: Relatórios de Balanço dos Governos Distritais, inquéritos do INE, Estatísticas sectoriais e outras fontes.	SDPI ou outra instituição de tutela	Anualmente

Código	Nome do Indicador	Nota Técnica	Tipo de Dados e Metodologia de Recolha	Resp pela Recolha de Dados	Frequência de Recolha de Dados
<b>ÁREA: EMPREGO/MÃO-DE-OBRA RURAL</b>					
6	Percentagem da mão-de-obra rural empregada por sector de actividade	Para este indicador deve ser tomado em conta que existe uma considerável mão-de-obra familiar, que regra geral não é remunerada de forma directa e que por isso não é contabilizada. A sua determinação leva em conta o número de dias/hora, despendidos por membros de uma família rural em cada sector de actividade, de forma remunerada ou não, durante um determinado período de tempo (época).	Tipo de dados: (i) Número de população rural empregue em cada sector de actividade. Metodologia de Recolha: Uma vez por ano, será recolhida a informação acima, através dos relatórios de balanço dos Governos Distritais e inquéritos do INE e estatísticas sectoriais.	SDAE	Anualmente
		Este indicador procura aferir a importância da força de trabalho em cada sector de actividade e inclui trabalhadores familiares que são na sua maioria não remunerados e muitas vezes não contabilizados.  Uma maneira de medir a força de trabalho rural é através de uma pesquisa domiciliar que recolhe especificamente informações sobre o número de dias ou horas médias que cada membro da família dedica em sua própria exploração, sem salários explícitos, e do número de dias ou horas que trabalham por conta de outrem (por salários).			
7	Emprego em actividades florestais ou relacionadas (tempo inteiro / equivalente).	Para este indicador, o ideal é incluir o emprego assalariado e o auto-emprego. Entretanto, este último é regra geral de difícil acesso.	Tipo de dados: Número de população empregada em actividades florestais. Metodologia de Recolha: A sua fonte principal são as estatísticas do emprego a nível nacional consolidadas pelo INE. Os relatórios de balanço periódicos dos Governos Distritais são a principal fonte a curto e médio prazo.	SDAE	Anualmente



Código	Nome do Indicador	Nota Técnica	Tipo de Dados e Metodologia de Recolha	Resp pela Recolha de Dados	Frequência de Recolha de Dados
<b>ÁREA: PRODUÇÃO E PRODUTIVIDADE</b>					
8	Taxa anual de crescimento dos rendimentos da actividade agrícola e não agrícola no meio rural.	A maior parte da população rural dedica-se à agricultura. A medição dos rendimentos neste sector é importante para a avaliação da dinâmica da economia naquele meio. Independentemente da cultura, o essencial é apurar quanto se rende em media por hectare. A comparação entre os salários ou rendimentos dos trabalhadores do sector agrícola e do sector não-agrícola pode ajudar a avaliar a dinâmica da economia local. Os inquéritos sobre rendimento são uma das principais fontes deste indicador.	Tipo de dados: Rendimentos agrícolas. Metodologia de Recolha: Inquérito do INE, relatórios de balanço dos Governos Distritais, Inquéritos e levantamentos diversos.	SDAE	Anualmente
<b>ÁREA: FINANÇAS RURAIS</b>					
9	Expansão e melhoria de serviços bancários e financeiros nas zonas rurais	Actualmente para o nosso país, o essencial é a cobertura bancária dos distritos. Contudo, a sua eficácia será sempre relevante quando conjugada com o indicador sobre a profundidade de inclusão financeira, sob a forma de percentagem, da população com acesso a serviços bancários.	Tipo de dados: Cobertura da rede bancária do país e de populações com acesso a serviços financeiros. Metodologia de Recolha: A sua fonte são principalmente informações e dados do Banco de Moçambique.	SDAE	Semestralmente
10	Número de novos clientes de serviços financeiros através de instituições de micro finanças e grupos de poupança e crédito	Paralelamente aos dados do indicador anterior, este indicador revela o acesso a serviços financeiros pelas populações, e inclui outras formas que não sejam necessariamente pela via da banca. Neste tema, as autoridades locais, ONGs e outras organizações têm um papel muito importante, como fontes de informação.	Tipo de dados: Número de novos clientes. Metodologia de Recolha: Relatórios de balanço dos Governos Distritais e informações e dados do Banco de Moçambique.	SDAE	Anualmente
<b>ÁREA: ACESSO À TERRA</b>					
II	Número de DUATs atribuídos e número de parcelas registadas	O processo de administração e gestão da terra tem como productos o registo das ocupações, a atribuição de certificados e a segurança de posse da terra, que por sua vez contribui para o estímulo ao investimento e por conseguinte ao aumento de produção e produtividade, e bem estar das populações e comunidade.	Tipo de dados: Número de parcelas certificadas no País e número de títulos de DUATs distribuídos. Metodologia de Recolha: Base de Dados, Censo do Agregado Familiar do INE, Relatórios de balanço dos Governos Locais.	SDAE MITADER	Anualmente

Código	Nome do Indicador	Nota Técnica	Tipo de Dados e Metodologia de Recolha	Resp pela Recolha de Dados	Frequência de Recolha de Dados
<b>ÁREA: COMUNICAÇÃO RURAL</b>					
12	Comunicação Rural	O acesso a informação sobre o dia-a-dia da vida no meio rural, é extremamente importante e ganha maior relevância quando tal informação contribui para a melhoria do trabalho, aumento da renda e por conseguinte para o combate a pobreza. Assim, o número de rádios e televisões comunitárias e o número de programas radiofónicos especiais de Desenvolvimento Rural difundidos, são os dados mais essenciais. As fontes desses dados são as autoridades públicas locais, o ICS, o MITADER, as ONGs e demais actores da economia rural.  A comunicação social tem dado um grande contributo no desenvolvimento rural e sócio-económico e cultural, na promoção e consolidação da unidade nacional e no aprofundamento e defesa da democracia e do Estado de Direito.  As mensagens veiculadas pelas RTC's, têm abrangido um número cada vez maior de pessoas, uma vez que os seus programas são difundidos em línguas locais.	Tipo de dados: Número de Agregados familiares com acesso a rádio, número de comunidades com acesso a rádio, número de programas relevantes ao desenvolvimento transmissíveis. Metodologia de Recolha: Relatórios de balanço dos Governos Distritais e inquérito do INE	SDAE	Anualmente
<b>ÁREA: CAPACITAÇÕES</b>					
13	Número de acções de capacitação e número de beneficiários em matérias de desenvolvimento rural	Para o meio rural, a transferência de tecnologias é, regra geral, feita de forma rápida pela via de acções de capacitação. Os dados sobre este indicador são colectados junto as autoridades administrativas locais e, sobretudo das instituições que se dedicam a acções de capacitação, sejam do sector público, sociedade civil ou privado.	Tipo de dados: Número e categorias de beneficiários. Metodologia de Recolha: Relatórios de Balanço dos Governos Distritais e Relatórios de acções de capacitação.	MITADER GOV. PROV. ONGs	Anualmente
<b>ÁREA: SERVIÇOS BÁSICOS ( SAÚDE E EDUCAÇÃO )</b>					
14	Cuidados de saúde no meio rural	O acesso a serviços de saúde no meio rural é um dos indicadores básicos da qualidade de vida e a sua disponibilidade contribui para o bem-estar, por isso, constitui um dos atractivos para a fixação das populações naquele meio, evitando assim o êxodo rural. Tem um papel particularmente importante na promoção do género. Os dados reflectem o número de unidades sanitárias e de agentes de saúde afectos no meio rural. Comportam igualmente a cobertura territorial e conjugam as distâncias médias percorridas pelos cidadãos para chegarem a um posto de saúde.	Tipo de dados: Número e categoria de unidades de saúde no distrito, número de agentes de saúde por categoria, número de beneficiários, distâncias médias para aceder aos serviços de saúde. Metodologia de Recolha: Relatórios de balanço do Governos Distritais, estatísticas sectoriais da saúde e também do INE.	SDSAS	Anualmente
15	Acesso à educação no meio rural	O acesso aos serviços de educação no meio rural tem um papel particularmente importante no desenvolvimento humano naquele meio. Os dados são, os referentes a novas escolas, novas salas de aula e número de novos professores afectos às zonas rurais. A distinção entre os ensinos, geral e profissionalizante é importante para o desenvolvimento rural. Neste indicador as distâncias médias percorridas pelos alunos para chegar a escola são relevantes	Tipo de dados: Número e categorias de escolas no distrito, número de professores por categoria, número de alunos, distâncias médias para chegar à escola. Metodologia de Recolha: Principalmente através dos relatórios de balanço dos Governos Distritais. Os dados são o INE e estatísticas sectoriais da área da educação e do trabalho.	SOEJCT	Anualmente



#### 4.2. ESTRATÉGIA DE COOPERAÇÃO

O PNDS, pela sua natureza transversal, exige a coordenação multisectorial para alcançar os objectivos pretendidos. Desta forma a criação de um grupo multisectorial de coordenação e monitoria das actividades no âmbito do programa, oferece maior sustentabilidade à sua execução. A classificação deste Programa Nacional de Desenvolvimento Rural, como prioridade do Governo, implica uma política de cooperação internacional, convergente à integração de recursos disponíveis com base nas prioridades.

#### 4.3 COMUNICAÇÃO RURAL

O programa deverá ser acompanhado por uma política de comunicação rural que veicula conteúdos construtivos e desenvolvimentistas através dos meios de comunicação, com destaque para as rádios e televisões comunitárias, lideranças comunitárias, e autoridades administrativas locais, respeitando e valorizando a cultura e as línguas locais.



#### 4.4 AGENTES DE DESENVOLVIMENTO



##### Empreendedores Rurais

O empreendedor rural é quem acredita e assume o risco de investimento no meio rural, concebe e desenvolve projectos económicos explorando as potencialidades que o meio rural oferece para a geração de riqueza. O sucesso da diversificação da economia passa pelo estímulo e atracção de iniciativas empreendedoras destinadas ao meio rural, transformando o empreendedor num elemento decisivo no sucesso do programa.



##### Juventude Rural

O acesso à terra e a oferta de emprego no meio rural são as grandes prioridades do jovem rural e contribuem para a resolução do problema do exôdo rural. A sua permanência naquele meio em condições de bem-estar é a chave para a dinâmica económica.



##### Mulher rural

O centro das transformações no meio rural centra-se na mulher e em particular na sua disciplina produtiva e no seu papel decisivo no combate a desnutrição crónica.



##### Autoridades administrativas locais

Os Administradores Distritais, Chefes de posto e de Localidades, jogam um papel muito importante na governação e liderança para o desenvolvimento local.



##### Lideranças Comunitárias

O líder comunitário capacitado pode desempenhar um papel fundamental na mobilização da comunidade para o programa de desenvolvimento local e também na intermediação e resolução de conflitos no meio rural.

**“O DESENVOLVIMENTO RURAL ESTARÁ  
NO CENTRO DA (MINHA) GOVERNAÇÃO”**

- Discurso de investidura de Sua Excelência o Presidente da República Filipe Jacinto Nyusi







REPÚBLICA DE MOÇAMBIQUE  
MINISTÉRIO DA TERRA, AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO RURAL